

Projeto Nyamê

O Autor:

Marcello de Moura Coutinho

Cientista Social, mestre em Saúde Pública (subárea de concentração - Políticas Públicas e Saúde) pela Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ) e pesquisador assistente do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro.

PROJETO NYAMÊ

“Quem deixar a África de lado não vai nunca conhecer o Brasil a fundo”¹

Introdução

A historiografia oficial brasileira foi construída nesses cinco séculos através de mitos, heróis, mártires e façanhas épicas. Essa mesma historiografia foi responsável pelo aviltamento da importância das contribuições dos atualmente denominados afro-descendentes. Como caso exemplar, pode-se citar o Estado do Maranhão que foi colonizado por franceses, holandeses, portugueses mas também por africanos, enquanto escravos.

Grande parte dos livros de História deixam uma mensagem subliminar de que os negros aceitaram passivamente a sua condição de escravos no Brasil. Quando muito, lembram que existiu um único núcleo de resistência, conhecido como Quilombo dos Palmares, capitaneado por Zumbi, um negro de extrema inteligência e capacidade de liderança.

Todavia, a formação de núcleos quilombolas foi intensa, como afirmou o sociólogo Clóvis Moura (1972):

(...) Foi incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito à determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele poderia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era a reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.”

Os dados do Censo Demográfico do IBGE (2000) demonstram que os negros (pretos e pardos) representam 45,2% da população brasileira e vivem em sua ampla maioria sob os piores índices de condição de vida. O Estado do Maranhão possui 5,6 milhões de habitantes, sendo que os negros constituem 79% do total dessa população.

¹ Citação do filme “A Rota dos Orixás”, proferida por Josilene Brandão, por ocasião do Encontro de Lideranças das Comunidades Negras do município de Itapecuru-Mirim (MA), como parte do plano de ação para a implantação do Projeto Nyamê.

As condições de vida da população de etnia negra são bastante preocupantes. Senão vejamos, o Maranhão é o 3º estado em população negra no Brasil, entretanto, detém os mais baixos índices sociais, destacando-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,547 e o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) de 0,455.

Através da Fundação da Criança e do Adolescente² (FUNAC), o Governo do Estado do Maranhão, vem desenvolvendo desde de setembro de 2002 um projeto social que visa a atender as populações negras rurais quilombolas. A FUNAC tem como missão institucional garantir o cumprimento da política de atendimento a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados e em conflito com a lei, a partir da valorização de suas potencialidades e habilidades de forma articulada, com o intuito de torná-los atores sociais, embasando-se na noção de “protagonismo social”.

Esse projeto social intitula-se “Projeto Nyamê”³, o qual visa atender a uma parcela da sociedade brasileira excluída em larga medida pelas políticas públicas/sociais, ou seja, afro-descendentes maranhenses residentes em áreas remanescentes de quilombos. Esses afro-descendentes encontram-se assentados em ambientes rurais em todo o Estado do Maranhão, sendo que o Projeto Nyamê cobre apenas seis comunidades localizadas nas áreas rurais dos municípios de Itapecuru-Mirim e Codó.

No município de Itapecuru-Mirim (integrante da Microrregião Norte Maranhense), foram escolhidas as comunidades de Morros, Santa Joana e Santa Maria dos Pretos. E, em Codó, as selecionadas foram Santo Antônio dos Pretos, Barro Vermelho e Centro do Expedito.

Desenvolvem-se ações junto às famílias quilombolas dessas seis localidades, sendo que o público-alvo é constituído prioritariamente de crianças e adolescentes, nas seguintes faixas etárias: 0 a 6; 7 a 14; e, 12 aos 18 anos. Os dados contidos no Relatório de Atividades do Projeto Nyamê (2003), apontam que em 2002 foram contempladas 215 famílias e 253 crianças e adolescentes, significando 3.110 atendimentos em cursos, oficinas, imunização, brinquedoteca e atendimento odontológico. Nesse mesmo ano No município de Itapecuru-Mirim, foram atendidas 99 crianças e em Codó, 154.

² A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) herdou a infra-estrutura da antiga Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM). A FUNAC foi criada pela Lei Estadual n.º 5.650, de 13 de abril de 1993, sendo um órgão do Poder Executivo Estadual, vinculada à Gerência de Desenvolvimento Social (GDS), tendo por finalidade o planejamento e execução de ações destinadas às crianças e aos adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos e aos que ameaçam ou violam direitos de terceiros.

³ O Projeto Nyamê é um dos seis projetos especiais da FUNAC, os demais são: Projeto Criança Afro-Maranhense; Projeto Renascer; Projeto Veredas; Projeto Vida; e, Projeto Florescer. Em conjunto, esses projetos no ano de 2002, atenderam a 1.629 pessoas (FUNAC, Relatório de Atividades, 2003).

Aponta-se como necessário garantir os direitos das crianças das comunidades negras rurais, criando condições para que pais, mães, adolescentes, lideranças e parceiros reconheçam a importância do desenvolvimento integral como fator de desenvolvimento comunitário.

Para tanto, são promovidas ações de sensibilização e mobilização de lideranças, famílias, adolescentes, professores, gestores públicos e organizações não-governamentais. Uma outra ação importante, é a capacitação de pais para que possam assumir de forma compartilhada com as mães, os cuidados e a educação de seus filhos, principalmente nos três primeiros anos de vida, o que é entendido como modo de desenvolver as competências familiares. Além disso, existe um conjunto de ações voltadas para as crianças e adolescentes, centradas na educação, saúde, arte, esporte, lazer, cultura, assistência social e iniciação profissional.

O contexto social das comunidades beneficiadas

Quase a metade da população maranhense (40,5%) vive na zona rural e, há 1.098 aglomerações populacionais conhecidas como mocambos, quilombos, comunidades negras ou terras de preto, sendo que 77,4% de crianças na primeira infância estão em situação de pobreza. É o que apontou o mapeamento realizado de forma interinstitucional pelos seguintes órgãos e entidades: Projeto Vida de Negro/Centro de Cultura Negra; Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos; Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura; e, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ)⁴.

Quanto às comunidades beneficiadas dos municípios de Itapecuru-Mirim e Codó, as realidades sociais não são muito distintas, já que ambas possuem uma base geográfica de uso comum, encontrando-se em processo de titulação. Vale mencionar, que as manifestações religiosas, culturais e o trabalho são dimensões responsáveis pela formação de uma identidade social entre os núcleos quilombolas identificados.

O Projeto Nyamê foi iniciado no município de Itapecuru-Mirim, o qual está localizado a 96 Km da capital São Luís, possuindo uma área territorial de 1.186,2 Km² e uma população total estimada no ano de 2002, em 42.772 mil habitantes. A cidade-sede conta com 6.815 domicílios urbanos e 27,5 habitantes, um contingente superior ao da área rural, igual a 18,1 mil pessoas. O município possui ainda, dezenove povoados reconhecidos como comunidades negras rurais quilombolas, entre eles Morros, Santa Joana e Santa Maria dos Pretos. A seguir apresenta-se um quadro com dados gerais dessas três comunidades:

⁴ As informações colhidas no trabalho de campo, dão conta de que a ACONERUQ foi fundada oficialmente em 11 de novembro de 1997, sendo uma entidade da sociedade civil com abrangência estadual, mas com atuação em áreas rurais de todo o Estado Maranhão. A entidade é formada por lideranças comunitárias, o que caracteriza uma organização também a nível local.

Quadro 1 – Dados gerais sobre as comunidades beneficiadas no município de Itapecuru-Mirim (2002)

PERFIL SOCIAL	COMUNIDADES		
	Morros	Santa Joana	Santa Maria dos Pretos
Distância da sede municipal (Km)	16	18	26
Casas	33 (TP)	30 (TP)	45 (TP)
Famílias	33	35	45
Poço artesiano	Não	Não	Não
Eletrificação rural	Não	Não	Não
Estrada (piçarra)	Sim	Sim	Não
Escola	Sim (TP)	Sim (TP)	Sim (TP)
Alunos	23	19	28
Igreja	Sim (TP)	Não	Não
Posto de Saúde	Não	Não	Não
Agente Comunitário de Saúde	Sim	Sim	Não

Fonte: Relatório de Atividades do Projeto Nyamê (2003).

Legenda: TP – taipa coberta de palha.

O município de Codó é um dos principais do Estado do Maranhão, possuindo 4.698 Km² e aproximadamente, 112 mil habitantes. As três comunidades beneficiadas apresentam realidades sociais semelhantes, possuindo em geral baixo nível de escolaridade e acesso difícil aos seus territórios, o que reflete condições de vida pouco satisfatórias. Além disso, alimentam-se basicamente do que plantam (agricultura de subsistência), sendo os produtos mais cultivados: arroz; milho; feijão, mandioca; e, abacaxi. O escambo também é muito utilizado entre essas comunidades, as quais trocam entre si mais comumente o feijão, o café, o açúcar e a farinha, entre outros. O Quadro 2 demonstra alguns aspectos sociais relevantes:

Quadro 2 – Dados gerais sobre as comunidades beneficiadas no município de Codó (2002)

PERFIL SOCIAL	COMUNIDADES		
	Barro Vermelho	Centro do Expedito	Santo Antônio dos Pretos
Distância da sede municipal (Km)	50	52	47
Casas	22 (TP)	30 (TP/TC)	31(TT)
Pessoas residentes	80	110	100
Poço artesiano	Sim	Sim	Sim
Eletrificação rural (elétrica)	Sim	Sim	Sim
Estrada asfaltada (acesso)	Sim	Não	Sim
Escola	Não	Sim	Sim
Alunos	-	-	-
Igreja	Não	Não	Não
Posto de Saúde	Não	Não	Não
Agente Comunitário de Saúde	Sim	Não	Sim

Fonte: Relatório de Atividades do Projeto Nyamê (2003).

Legenda: TP – taipa coberta de palha. TC – telha de cerâmica. Taipa coberta com telha.

Cabe registrar, que as áreas pertencentes à comunidade de Santo Antônio dos Pretos possui titulações definitivas, embora ainda se encontrem em processo de organização espacial e comunitária.

O resgate da trajetória

No período 1996-1998 nasceu o Projeto Auto-Estima das Crianças Negras, o qual atendia a crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 6 anos das comunidades negras rurais de Castelo (município de Alcântara) e de São Cristóvão (município de Viana).

Por iniciativa da presidente da FUNAC (a mesma desde de 1995), no ano de 2000 criou-se o Projeto Maria Firmina⁵ com recursos financeiros do Banco Mundial para iniciativas vinculadas às demandas negras e indígenas. Porém, houve uma reformulação geral no Núcleo de Projetos (NEP)⁶, o que levou à desativação desse projeto. No entanto, a experiência acumulada foi aproveitada no Projeto Cuidar (2000-2001), assim como a parceria com a ACONERUQ em Itapecuru-Mirim.

Ainda em 2000, houve uma visita técnica de uma comissão do Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF) ao Estado do Maranhão num momento de grande efervescência mundial das questões vinculadas às crianças de etnia negra. O relatório da equipe técnica daquela instituição recomendou então, a sua continuidade.

De acordo com a presidente da FUNAC, logo em seguida, iniciou-se uma discussão com um oficial do UNICEF com o objetivo de aperfeiçoar o que já existia. A primeira mudança foi no nome, porque o termo “Cuidar” passou a ser encarado como algo com caráter “assistencialista”, o que desvirtuaria a concepção de protagonismo social pretendida.

Assim, surgiu a idéia de dar o nome de um orixá da cultura afro-brasileira, já que iria se trabalhar com as questões de paternidade, maternidade e competências familiares de comunidades negras rurais quilombolas. Adotou-se o nome “Nyamê”, isto é, a Entidade Ashanti/Akan – deusa das águas, deidade suprema, sem princípio nem fim, participação da criação do universo, é ao mesmo tempo a lua e o sol num encontro do lado feminino com seu complemento masculino.

⁵ Segundo depoimentos colhidos por ocasião das entrevistas, Maria Firmina foi uma professora e a primeira negra a ser aprovada em um concurso público no Estado do Maranhão.

⁶ Órgão estadual responsável pela captação e distribuição dos recursos financeiros para projetos sociais advindos de organismos internacionais para o Governo Estadual do Maranhão.

Desse modo, o Projeto Nyamê foi implantado em 2002 como uma continuidade do Projeto Cuidar com algumas variantes, como por exemplo, revisão dos objetivos, ampliação do ciclo de vida (atendimento), elaboração e avaliação de indicadores, capacitação e desenvolvimento das crianças negras, incentivo ao registro civil em cartório, estímulo ao diálogo e à transmissão do saber (contação de histórias).

A implantação e seus desdobramentos

No ano de 2002 a FUNAC convidou a ACONERUQ, por meio de sua representação local em Itapecuru-Mirim para fazer parte da execução do Projeto Nyamê. Posteriormente, o convite foi encaminhado ao coordenador geral da ACONERUQ e, o primeiro passo foi realizar uma ação conjunta para verificar as condições de vida das comunidades negras rurais quilombolas.

Os resultados obtidos com as experiências do Projeto Cuidar, do Projeto Auto-Estima das Crianças Negras e do Programa Multisetorial Criança Afro-Maranhense⁷, serviram de “aprendizado” para a implantação do Projeto Nyamê.

Ao determinar como proposta a intervenção social centrada na família, com foco no conceito de ciclo de vida e nos direitos humanos fundamentais expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal, o Projeto recebeu apoio técnico/financeiro do UNICEF. Pretendeu-se dessa forma, alterar a realidade de exclusão social e o quadro de violação de direitos em que vivem as crianças, adolescentes e suas famílias residentes nas comunidades a serem beneficiadas.

Para tanto, fez-se necessário além de tornar a ACONERUQ⁸ parceira na execução e obter o apoio do UNICEF, agregar mais parceiros para a viabilização dessa proposta: secretarias municipais de educação, assistência social e saúde (implantação do Programa Saúde da Família e de agentes comunitários de saúde); Gerências de Articulação e Desenvolvimento das Regiões de Itapecuru-Mirim e Codó (“postos avançados” do Governo Estadual); Pastoral da Criança; Centro de Cultura Negra (CCN); e, Grupo de Dança Afro-Malungo (GDAM).

É importante observar que, o CCN tem como funções, elaborar a proposta de educação e contribuir no processo de capacitação dos professores, já o GDAM é responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com os adolescentes das comunidades contempladas

⁷ O Programa Multisetorial Criança Afro-Maranhense é uma das iniciativas do Governo Estadual do Maranhão e ainda está em funcionamento, tendo como objetivo promover e garantir os direitos de crianças de 0 a 6 famílias afro-descendentes de treze comunidades rurais localizadas nos municípios de Alcântara, Pinheiro e Viana.

⁸ Como parceira privilegiada a ACONERUQ participa enquanto entidade da sociedade civil organizada da co-execução, devendo contribuir no processo de sensibilização e mobilização dos beneficiários, dar apoio às atividades de capacitação e de divulgação das ações/resultados, participando do acompanhamento e avaliação do Projeto Nyamê.

pelo Projeto Nyamê. Essas duas entidades foram incluídas no ano de 2003, a partir de um diagnóstico de necessidades.

A equipe de execução do Projeto Nyamê é extremamente “enxuta”, sendo composta por sete pessoas (dois homens e cinco mulheres). A composição obedece ao critério de atuação em movimentos negros, sendo um coordenador (presidente da FUNAC), um técnico em desenvolvimento comunitário, um assistente social, um técnico em articulação política, um técnico em planejamento/avaliação e um apoio administrativo.

Como principais obstáculos apontados pela coordenação, encontram-se a situação de exclusão social em que vivem crianças, adolescentes e famílias dessas comunidades e a dificuldade em implantar um modelo de gestão interinstitucional e intersetorial que garanta a intercomplementariedade das ações.

Pode-se citar o fato de que as administrações municipais de Codó e Itapecuru-Mirim não se engajaram efetivamente no Projeto, isto é, não apoiam de forma substantiva o processo de titulação das áreas quilombolas, não fornecem a alimentação - a qual se comprometeram -, aos profissionais quando da realização das atividades do Projeto, não disponibilizam serviços de saúde e unidades de ensino nas comunidades, dificultando-lhes o acesso. Além disso, os conselhos tutelares e os de defesa dos direitos das crianças e adolescentes locais ainda não atuam de forma significativa em questões referentes às crianças e aos adolescentes negros das áreas rurais quilombolas.

Mesmo que hajam preocupações em rever esse quadro, os próprios responsáveis por um lado, afirmam que os obstáculos persistem, e por outro, que a superação depende de medidas estruturais tais como um reordenamento na distribuição da renda e no acesso às políticas públicas. Com efeito, a “comunicação” representa um aspecto fundamental do Projeto Nyamê, estando ligada ao processo de articulação, mobilização e capacitação comunitária.

Para tanto, busca-se o desenvolvimento de ações nas áreas de infância e adolescência e na formação dos direitos das populações negras, o que estimularia o fortalecimento da consciência sobre os direitos infanto-juvenis, o fomento do debate sobre questões expressivas da diversidade étnica-cultural e da igualdade de direitos, conhecimento das experiências exitosas e a promoção de um maior compromisso das comunidades. Contudo, a proposta em si ainda necessita ser mais profundamente internalizada pelos distintos parceiros, instituições financiadoras e pelos próprios beneficiários do Projeto.

A dinâmica e os atores envolvidos

O Projeto Nyamê enquanto uma proposta de intervenção social centrada na família e fundamentada no conceito de ciclo de vida e nos direitos fundamentais expressos no ECA e na Constituição Federal, tem como objetivo geral alterar a realidade de exclusão social e o quadro de violação de direitos em que vivem as comunidades quilombolas.

Em número de quatro, os objetivos específicos são os seguintes: criar condições para que pais, mães, adolescentes, lideranças e parceiros reconheçam a importância do desenvolvimento integral das crianças como fator de desenvolvimento da comunidade; assegurar o crescimento e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes das comunidades negras rurais; divulgar as ações e resultados visando garantir a visibilidade e sustentabilidade; e, monitorar/avaliar as ações visando retroalimentar o processo decisório para a consecução dos objetivos propostos.

Para garantir os direitos de crianças e adolescentes afro-descendentes, constituiu-se um conjunto de ações interinstitucionais⁹ na perspectiva de incrementar e valorizar atitudes de cooperação entre organizações governamentais e não-governamentais que possam construir políticas públicas integradas, otimizar recursos e potencializar os resultados.

A ACONERUQ se considera um órgão propositivo no que diz respeito às políticas públicas e aos projetos sociais. A sua criação se deu pela necessidade de se ter uma entidade que pudesse ser a porta-voz dos negros rurais quilombolas, evitando que órgãos governamentais falem em nome dessas comunidades. Como um entrevistado de Itapecuru-Mirim colocou: “A ACONERUQ nasceu para que nós, os atores das comunidades quilombolas, pudéssemos falar por nós mesmos”.

Com sede em São Luís, a ACONERUQ se organiza nos níveis estadual e local. A diretoria estadual é composta por treze membros (todos devem ser lideranças comunitárias) e, e também conselheiros (titulares e suplentes). No nível local há cinco coordenadores e comissões comunitárias com até dez componentes (“filhas” da ACONERUQ). Atualmente, existem oitenta e seis comunidades filiadas à ACONERUQ de quatrocentas e quarenta e três registradas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

⁹ O sistema de gestão do Projeto Nyamê envolve dois níveis de governo, um estadual (FUNAC) e o municipal (Secretarias de Assistência Social) e, a representação da sociedade civil (ACONERUQ). Cabe a essas três esferas participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações, para que se possa propiciar maior credibilidade e transparência. Para tanto, o marco teórico utilizado fundamenta-se nos conceitos de cultura infantil, atividades lúdicas, resiliência, identidade cultural, etnia, desenvolvimento infantil e comunitário, competências familiares e governamentais.

Quanto ao Projeto Nyamê, a ACONERUQ, atua em ações afirmativas de auto-estima dos negros e que visem assegurar uma maior infra-estrutura para as comunidades negras rurais e por conseguinte, uma melhor qualidade de vida, num processo permanente de resgate da entidade e da história dos quilombolas.

A entrada da ACONERUQ foi uma conseqüência da parceria iniciada com a FUNAC no Projeto de Auto-Estima das comunidades negras quilombolas. A iniciativa de convidar a entidade partiu da presidente da FUNAC, a qual entendeu que não haveria uma entidade mais adequada para esse trabalho, porque além de “aproveitar” as articulações institucionais da ACONERUQ com a Fundação Palmares e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, por exemplo, a FUNAC poderia adquirir um *Know-how* relativo ao trabalho com um perfil comunitário até então novo para esse órgão governamental.

Um outro ator coletivo socialmente relevante são as associações de produtores rurais das comunidades beneficiadas, pois funcionam simultaneamente como órgãos representativos de seus pequenos agricultores e como associações de moradores. Todas as seis comunidades possuem associações de produtores, sendo que suas lideranças comunitárias tem ou já tiveram alguma passagem, obrigando que a ACONERUQ e a FUNAC as reconheçam como interlocutoras privilegiadas, o que extrapola o âmbito do Projeto Nyamê.

Vale registrar, que é identificado como importante fomentar o exercício da participação, a prática da negociação democrática e a determinação de critérios, pelos quais as demandas coletivas são problematizadas e avaliadas, enquanto necessidade de uma maioria e exigências de dignidade e justiça social. Para a FUNAC, o desenvolvimento das comunidades negras é um processo - onde cada comunidade possui o seu próprio “ritmo” - que deverá unir atores locais em busca de um novo cenário, alterando-se os relacionamentos sociais com vistas ao exercício da cidadania e ao estímulo para mudanças de atitudes e comportamentos.

Nesse sentido, a participação das comunidades nos processos de informação e capacitação tem como aspectos a discussão sobre o papel da mulher na comunidade e seu envolvimento em alternativas de geração de emprego e renda (produção de artefatos em fibra de bananeira), discussão das ações afirmativas para os afro-descendentes, valorização da cultura local, incentivo à religiosidade, respeito à diversidade étnica-cultural e aos saberes quilombolas.

Enquanto ação política e social o Projeto Nyamê procura de forma participativa valorizar a sensibilização e a mobilização de lideranças comunitárias, familiares, órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Objetiva-se portanto, tornar realidade os direitos assegurados nas

legislações vigentes mediante o fortalecimento da identidade étnico-cultural, preservando as tradições dos antepassados africanos e recriando-as no presente.

As Casas de Brincar ou Brinquedotecas são os espaços físicos onde são trabalhadas com as crianças e adolescentes de forma lúdica, o resgate histórico e de sua própria auto-estima, promovendo a cultura quilombola e, conseqüentemente, a sua preservação. Nesses espaços está garantido o direito de brincar, sendo realizadas atividades que visam fortalecer o desenvolvimento infantil para fomentar a criatividade, a autonomia e a identidade étnico-cultural.

O funcionamento das Brinquedotecas é semanal (segunda a sexta-feira), ficando sob responsabilidade da brinquedista mãe e da brinquedista adolescente, que recebem meio salário mínimo pelo trabalho. O trabalho é realizado por meio de brinquedos e jogos de interesse das crianças, sendo que as brinquedistas são capacitadas nos conteúdos básicos da área de desenvolvimento infantil, direito e competências familiares.

O processo seletivo das brinquedistas inclui um “concurso” nas comunidades, no qual a equipe técnica da FUNAC avalia quais são as candidatas que possuem o perfil desejado. É observado que relação as postulantes estabelecem com as crianças de sua comunidade. Após essa primeira avaliação (“filtro”), há um segundo momento no processo seletivo, e por fim uma capacitação de três meses em formato de oficinas (confeção de brinquedos com material reciclável, desenvolvimento infantil, cantos e contos e o jovem na comunidade). Os critérios utilizados para definir quem serão de fato as brinquedistas¹⁰, procuram se orientar pela capacidade e habilidade na apropriação do conteúdo apresentado, na contação de histórias, na valorização da família¹¹ e dos saberes populares próprios da cultura negra.

Os entrevistados concordam com a posição da coordenação do Projeto, entendendo que as Casas de Brincar vem desenvolvendo a linguagem nas crianças, sendo que com isso, as mesmas passaram a ser mais cuidadosas, adquirindo maior confiança e autonomia, melhorando o seu humor. Além disso, tornaram-se mais zelosas com seus objetos pessoais, expressam mais claramente opiniões e idéias, inventam brincadeiras e histórias e, talvez o mais importante, já valorizam seus traços fisionômicos, respeitando e apreciando as manifestações culturais e religiosas de suas comunidades.

¹⁰ As brinquedistas dividem-se em mães e adolescentes, sendo que a brinquedista adolescente é uma espécie de assistente da brinquedista mãe, as quais têm a função de coordenar e orientar as atividades nas Casas de Brincar. Curiosamente, de um total de doze brinquedistas, há apenas um adolescente do sexo masculino atuando como brinquedista.

¹¹ Para o Projeto Nyamê a família quilombola é reconhecida como o elemento de construção da identidade social básica de crianças e adolescentes.

O Projeto Nyamê atendeu em 2002 a 419 pessoas das seis comunidades beneficiadas, sendo 250 em Codó (70 - crianças de 0 a 6 anos; 84 - crianças e adolescentes de 7 a 18 anos; 96 - familiares); e, no município de Itapecuru-Mirim, 169 (123 - crianças de 0 a 6 anos; 46 - crianças e adolescentes de 7 a 18 anos; 70 - familiares). Dados gerais do Projeto, apontam que nas seis comunidades existiam 200 casas, 166 famílias e as populações somavam 443 pessoas.

Para dar sustentação às ações, as entidades executoras contam com o apoio técnico/financeiro do UNICEF no período 2000-2005, e a própria FUNAC declarou que dispõe de recursos assegurados no Orçamento (Tesouro Estadual). Segundo informações da própria FUNAC, o UNICEF investiu no ano de 2002, 45 mil reais, e em contrapartida o Tesouro do Estado, 6.980 mil reais, num total de 51.980 mil reais. Já no ano de 2003, os recursos aprovados foram da seguinte ordem: 140 mil reais pelo UNICEF e 48.620 mil reais pelo Tesouro do Estado.

Contudo, dos 140 mil reais, 70 mil destinam-se às ações diretamente executadas pela FUNAC (sensibilização, mobilização, competências familiares, comunicação, monitoramento e avaliação); 30 mil para o GDAM com referência às atividades culturais junto aos adolescentes e 40 mil reais ao CCN, o qual é responsável pelas atividades educacionais.

A avaliação¹² e o monitoramento se dão no cotidiano das ações desenvolvidas e nos espaços colegiados do Projeto Nyamê, ou seja, Comitês Pró-Criança e reuniões de planejamento e avaliação na sede da FUNAC, as quais contam com a participação dos órgãos governamentais, representações da ACONERUQ e lideranças comunitárias.

Os resultados alcançados

Pais e mães começaram a compreender a importância do brincar, dos cuidados e da atenção com o crescimento e desenvolvimento de seus filhos (competências familiares);

Elaboração de projeto pedagógico para as escolas do ensino fundamental, a partir dos interesses e da cultura das comunidades negras;

Realização de atividades intergeracionais nas comunidades negras (estratégia de preservação de identidade);

12 De acordo com as informações prestadas pela presidente da FUNAC, as ações são avaliadas sob a ótica dos beneficiários, das instituições executoras e dos parceiros, tendo como base os indicadores definidos na proposta de monitoramento e avaliação.

Desenvolvimento de atividades artísticas e culturais voltadas para crianças, adolescentes e famílias visando o resgate das tradições culturais, oportunizando às mesmas o conhecimento da cultura local e de suas origens;

Apoio e orientação para as famílias, dando-lhe condições de exercer as suas competências e responsabilidades;

Valorização e utilização de remédios caseiros na prevenção de doenças e quanto às competências governamentais, um esforço na participação do processo de elaboração de políticas e na implementação das ações; e

Perfuração de um poço na comunidade de Morros e as oficinas sobre cuidados e uso da água.

A inovação do Programa

Dentro do modelo operacional do Projeto Nyamê os processos comunitários de informação e capacitação são vivenciados também nos chamados Comitês Pró-Criança.

Esses colegiados representam o aspecto inovador do Projeto, porque dizem respeito ao mecanismo de participação comunitária, isto porque são concebidos como espaço deliberativo, nos quais ocorrem o acompanhamento e avaliação de todas as ações desenvolvidas. Em geral, os Comitês Pró-Criança possuem sete componentes, incluindo homens e mulheres moradores das comunidades quilombolas beneficiadas. Mas outros atores sociais podem integrá-los, tais como: representantes de organizações comunitárias, lideranças locais, agentes de saúde, professores e líderes pastorais.

Cabe registrar, que todos os indicados são eleitos pelas comunidades, significando que a experiência dos Comitês propicia um processo participativo e democrático, o qual é reconhecido como uma estratégia para garantir a efetividade e sustentabilidade das ações do Projeto Nyamê.

Os Comitês Pró-Criança têm uma organização específica em cada local onde são implantados, havendo sempre o estabelecimento de papéis e responsabilidades de seus componentes, assim como a definição dos regulamentos internos. Outrossim, cabe aos Comitês: orientar as comunidades para identificar e integrar redes espontâneas de solidariedade; incentivar e justificar as reivindicações de melhorias básicas na qualidade de vida; estimular e realizar monitoramento/avaliação dos serviços públicos locais; realizar eventos que fortaleçam as relações familiares; e, realizar uma gestão intersetorial.

Considerações finais

O Projeto Nyamê é de fato uma experiência inovadora no que diz respeito a ações com vistas à defesa dos direitos e ao protagonismo social de crianças, adolescentes e seus familiares. Além disso, um grande mérito é o de sua proposta contemplar uma parcela da população há muito excluída de quaisquer iniciativas governamentais que possam influir positivamente nas condições de suas vidas.

Acertadamente, a FUNAC enquanto ente governamental vem desde de 1996 procurando atender em temas de políticas públicas, a população com maior densidade e também com maior vulnerabilidade social no Estado do Maranhão. Visivelmente, as ações extrapolam as questões vinculadas apenas à infância e adolescência, vislumbrando fomentar processos participativos, possibilitando assim, uma vivência de cidadania. A parceria com a ACONERUQ é um outro acerto, pois nada mais recomendável que o Estado compartilhe ações e decisões relativas a projetos sociais com a própria sociedade civil.

Todavia, por ser ainda uma experiência recente, o Projeto Nyamê carece de um maior aperfeiçoamento. Para que a cidadania seja mais profundamente vivenciada, os Comitês Pró-Crianças devem ser definitivamente consolidados. Isto porque, as comunidades ainda são muito dependentes de determinadas lideranças, que por sua vez, são legitimadas pela ACONERUQ. Embora, existam as associações de produtores, essas têm agendas muito localizadas, deixando a cargo das lideranças comunitárias vinculadas à ACONERUQ, o trabalho de articulação política externa.

Mesmo assim, o Projeto Nyamê aponta para um caminho novo e procura dar conta de uma demanda extremamente urgente em um país tão desigual como o Brasil. Trabalhar questões afirmativas concretamente como faz o Projeto, revigora as identidades étnico-culturais, melhora a sociabilidade comunitária e aumenta de forma exponencial o potencial participativo de qualquer sociedade humana, tendo efeitos indelévels na experimentação da cidadania social e política.

Notas bibliográficas

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Conquista, 1972.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO/GERÊNCIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL/FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. *Relatório de Atividades (2002)*. São Luís, 2003.

_____. Projeto Nyamê (FASE 1) – Relatório de Atividades. São Luís, abr., 2003.

ANEXO

A visita de campo

A visita de campo foi realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2003, tendo sido iniciada pelo município de Itapecuru-Mirim e concluída em Codó. Houve uma equipe que acompanhou todo o período da visita, um representante da ACONERUQ, um representante do CCN e dois representantes da FUNAC.

Em Itapecuru-Mirim, conheceu-se Morros e Santa Maria dos Pretos, mas a visita ficou concentrada na comunidade de Santa Joana. Nessa comunidade, foram entrevistados: uma liderança comunitária (diretor da ACONERUQ); um membro do Comitê Pró-Criança e uma brincadeira mãe. Além disso, presenciou-se uma reunião do Comitê, na qual foi discutida alternativas nutricionais que poderiam estar à disposição na própria comunidade.

No município de Codó, o trabalho deteve-se mais na observação das atividades desenvolvidas, mesmo assim foram entrevistados uma liderança comunitária (também diretor da ACONERUQ) e um membro da associação de produtores de Santo Expedito. Quanto às observações, elas foram feitas nos momentos em que o representante do CCN e um da FUNAC realizavam atividades com as crianças e adolescente da comunidade.